



CAMUPREV

RESOLUÇÃO TC Nº 48/2018

NOTAS EXPLICATIVAS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

As demonstrações contábeis do Instituto Previdenciário do Município de Camutanga – CAMUPREV, obedece as regras emanadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, publicado pelo Ministério da Fazenda, em sua atual edição.

O CAMUPREV é Entidade de Direito Público, pertencente a administração indireta da Prefeitura Municipal de Camutanga-PE. Possui autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade a administração do Fundo de Previdência, este com a responsabilidade financeira de suprir os pagamentos dos valores das aposentadorias, pensões, abono família e outros, dos servidores efetivos da Câmara Municipal, Prefeitura e do próprio Instituto de Previdência.

As demonstrações contábeis aqui apresentadas não estão consolidadas e sim, serão integradas as do Município, quando da apresentação da prestação geral de contas.

O Fundo administrado pelo CAMUPREV é deficitário. Ou seja, sua arrecadação não atende as necessidades administrativas do Órgão. Daí, estar havendo regulares transferências financeiras da Prefeitura, com vistas a suprir tal deficiência.

Os números utilizados nas demonstrações contábeis, representam os valores históricos das operações. Ressalve-se apenas as Provisões Matemáticas Previdenciárias, que são projetadas segundo as necessidades do Fundo.

BALANÇO PATRIMONIAL

O saldo financeiro de R\$ 21.366.35 está em depósito bancário. Os Créditos de Curto Prazo, são heranças de exercícios passados, que tem como futuro sua extinção. Em verdade são créditos fictícios, resultado da eliminação de valores com sinal negativo então existentes na Demonstração da Dívida Flutuante, cujos responsáveis jamais os quitarão. Destarte, tais contas resultam negativas por erros de lançamento, não corrigidos na ocasião.

Cabe, e isso se fará, uma filtragem e uma varredura nesses valores que sobram nas demonstrações patrimoniais e que na realidade nada representam.

O Ativo não Circulante, os Créditos de Longo Prazo, espelham o direitos da Entidade junto a Prefeitura. São créditos inerentes as contribuições sociais não recolhidas, que foram confessadas num total de R\$ 1.108.123,20 e que resultaram num acordo de parcelamento firmado em 02/01/2010.

O Passivo Circulante repete valores da Demonstração da Dívida Flutuante. Nele há Restos a Pagar de 2012 que, na prática, já está prescrito, no valor de R\$ 139.439,44 onerando, sem necessidade, o Passivo do Órgão.

Em 2018 foram realizadas as Provisões Matemáticas para o Fundo Previdenciário, resultado da Avaliação Atuarial. Seu valor R\$ 90.957.487,05 onera sobremaneira o Passivo, com diretos reflexos na consolidação dos Balanços do Município.